



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 611 799.50	
	A 1.ª série	Kz: 361 270.00	
	A 2.ª série	Kz: 189 150.00	
	A 3.ª série	Kz: 150 111.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 175/18:

Aprova a Política de Comercialização de Diamantes. — Revoga o Decreto Presidencial n.º 163/16, de 29 de Agosto, que aprova a Política de Comercialização de Diamantes Brutos.

Decreto Presidencial n.º 176/18:

Aprova o Regulamento do Comité Nacional para a Facilitação do Comércio. — Revoga toda legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Despacho Presidencial n.º 97/18:

Designa o Ministro da Economia e Planeamento para o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Estatística.

Despacho Presidencial n.º 98/18:

Exonera Job Graça do cargo de Presidente do Conselho Nacional de Estatística.

Despacho Presidencial n.º 99/18:

Autoriza a despesa, no valor total de Kz: 6.600.000.000,00, para execução de vários projectos de Construção, Reabilitação e ampliação, Asfaltagem, Colocação de postos de iluminação pública solar, Combate de ravinas, Montagem de pontes metálicas, Aquisição de 50 motorizadas para Mobilidade das Campanhas de Vacinação, Manutenção ao Monumento da Paz, Aquisição e reparação de todos os geradores dos hospitais e aquisição de kits de medicamentos e material gastável, na Província do Moxico.

Despacho Presidencial n.º 100/18:

Actualiza a Comissão Interministerial de Acompanhamento das Implementações do Projecto de Requalificação da Vila e do Santuário da Muxima, coordenada pelo Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado. — Revoga o Despacho Presidencial n.º 227/14, de 27 de Novembro.

Ministério das Finanças

Decreto Executivo n.º 272/18:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos e Estatística deste Ministério. — Revoga o Decreto Executivo n.º 69/16, de 17 de Fevereiro, assim como toda legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 175/18

de 27 de Julho

Os recursos minerais representam uma fonte importante de receitas para o Estado e encerram grande potencial para dinamizar a actividade económica nas cidades, fundamentalmente nas zonas mais recônditas do País.

O impacto económico decorrente da actividade mineira tanto pode ocorrer por via da implementação de novos projectos inseridos na cadeia de valores dos recursos minerais, quanto em virtude dos rendimentos que a actividade mineira pode injectar na economia, ao gerar empregos estáveis e remunerados para milhares de angolanos, em especial para os mais jovens.

Os diamantes são o recurso mineral cuja indústria nacional tem grandes operações em curso, estando razoavelmente desenvolvida e apresentando um grau elevado de inserção no mercado internacional.

Atendendo que os diagnósticos feitos ao Sector sugerem haver uma considerável diferença entre as potencialidades do País e o impacto efectivo da indústria diamantífera na economia nacional, na geração de empregos para os angolanos e na captação de receitas fiscais e patrimoniais por parte do Estado.

Convindo adequar a implementação da estratégia do Executivo para o Sector Mineiro, no que concerne à estabilidade do preço do mercado dos diamantes, mediante uma Política de Comercialização de Diamantes concebida de modo participativo;

Tendo em conta o n.º 3 do artigo 191.º do Código Mineiro;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

4. As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

5. O presente Diploma entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2018.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

Despacho Presidencial n.º 100/18 de 27 de Julho

Considerando que os Projectos de Construção da Basílica e de Requalificação da Vila Muxima estão enquadrados no Programa de Investimento Público (PIP) do Gabinete de Obras Especiais de 2018, e devem ser inseridos na linha de financiamento para garantir a sua execução em termos financeiros;

Tendo em conta que do Projecto de Requalificação da Vila foram identificados outros projectos, tais como a restauração de edifícios existentes com o templo actual da Igreja Católica e o Forte da Muxima, com necessidade de intervenção e de atribuição desta responsabilidade a uma entidade pública para a sua efectivação, uma vez que o programa actual do GOE não inclui estes trabalhos;

Havendo necessidade de actualizar o modelo de acompanhamento do processo de requalificação da Vila Muxima, no sentido de garantir a harmoniosidade que ela merece no contexto histórico e turístico;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 56.º sobre a Organização e Funcionamento dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, constante no Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/17, de 13 de Outubro, o seguinte:

1.º — É actualizada a Comissão Interministerial de Acompanhamento das Implementações do Projecto de Requalificação da Vila e do Santuário da Muxima, coordenada pelo Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado e integra as seguintes entidades:

- a) Ministro da Construção e Obras Públicas;
- b) Ministra da Cultura;
- c) Ministro das Finanças;
- d) Ministra do Ordenamento do Território e Habitação;
- e) Ministra do Ambiente;
- f) Ministro da Energia e Águas;
- g) Ministra do Turismo;
- h) Governador da Província de Luanda;
- i) Director do Gabinete de Obras Especiais.

2.º — A Comissão ora criada tem as seguintes atribuições:

- a) Criar as condições técnicas para implementação das infra-estruturas básicas e essenciais para a população;

b) Negociar os preços, relativos as empreitadas, bem como todos os aspectos envolventes para a execução e materialização do processo de requalificação;

c) Acompanhar a implementação das infra-estruturas da Vila da Muxima;

d) Apoiar o Gabinete de Obras Especiais na resolução de todas as questões referentes à implementação das infra-estruturas e requalificação da Vila;

e) Estabelecer e promover os mecanismos de articulação entre os diferentes Ministérios para o normal andamento dos trabalhos;

f) Avaliar periodicamente o grau de execução das infra-estruturas;

g) Executar outras tarefas que forem orientadas pelo Presidente da República.

3.º — A Comissão ora criada é apoiada tecnicamente pelo Gabinete de Obras Especiais.

4.º — A Comissão ora criada tem um prazo de 24 (vinte e quatro) meses para conclusão dos trabalhos.

5.º — É revogado o Despacho Presidencial n.º 227/14, de 27 de Novembro.

6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

7.º — O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 12 de Julho de 2018.

O Presidente da República, JOÃO MANUEL GONÇALVES LOURENÇO.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Decreto Executivo n.º 272/18 de 27 de Julho

Havendo necessidade de se regulamentar a organização e funcionamento do Gabinete de Estudos e Estatísticas, previsto no artigo 12.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças e aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com a alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 30.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 31/18, de 7 de Fevereiro, determino:

ARTIGO 1.º
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos e Estatística do Ministério das Finanças, anexo ao presente Decreto Executivo e que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º
(Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 69/16, de 17 de Fevereiro, assim como toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e da aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro das Finanças.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 27 de Julho de 2018.

O Ministro, *Archer Mangureira*.

**REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE
DE ESTUDOS E ESTAÍSTICA**

**CAPÍTULO I
Disposições Gerais**

ARTIGO 1.º
(Definição e natureza)

O Gabinete de Estudos e Estatística, abreviadamente designado por GEE, é o serviço de apoio técnico de carácter transversal do Ministério das Finanças, responsável pela elaboração da proposta de formulação e acompanhamento da política fiscal do Estado e da actividade do sistema financeiro não bancário, promovendo os estudos necessários para o efeito.

ARTIGO 2.º
(Competências)

O Gabinete de Estudos e Estatística tem as seguintes competências:

- a) Participar na elaboração da programação e gestão macroeconómica nacional, em colaboração com os demais órgãos e serviços do Ministério das Finanças;
- b) Participar na elaboração das propostas para a formulação das políticas macroeconómicas de curto prazo ou de regulação conjuntural e acompanhar a sua implementação;
- c) Promover e coordenar a realização de estudos que permitam melhorar a formulação de políticas macroeconómicas da responsabilidade do Ministério das Finanças;
- d) Compilar as estatísticas das finanças públicas e conexas;

- e) Contribuir activamente na formulação das políticas do sistema financeiro e as correspondentes medidas e acompanhar a sua execução e o desempenho do Sector;
- f) Elaborar pareceres preparatórios à tomada de decisão nos domínios relevantes das suas atribuições;
- g) Colaborar com os órgãos competentes na definição das estratégias de endividamento externo e da sua gestão;
- h) Promover as acções, programas e projectos de assistência técnica, com vista à reestruturação e dinamização do Sector Financeiro;
- i) Avaliar e controlar o exercício das actividades dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas e com domínio público e dos Institutos Públicos;
- j) Colaborar com o Gabinete de Intercâmbio na definição de estratégias e políticas de integração regional e analisar, do ponto de vista macroeconómico, os processos de harmonização de políticas económicas e de integração económica; e
- k) Exercer outras tarefas que por lei ou determinação superior lhe sejam incumbidas.

**CAPÍTULO II
Estrutura Interna**

ARTIGO 3.º
(Órgãos e Serviços)

O Gabinete de Estudos e Estatística compreende os seguintes Órgãos e Serviços:

- a) Director;
- b) Conselho de Direcção;
- c) Secção Administrativa;
- d) Serviços Executivos:
 - i) Departamento de Estudos e Estatística;
 - ii) Departamento para a Política e Gestão Macroeconómica;
 - iii) Departamento de Acompanhamento do Sistema Financeiro.

**SECÇÃO I
Competências**

ARTIGO 4.º
(Director)

1. O Gabinete de Estudos e Estatística é dirigido por um Director, equiparado a Director Nacional, nomeado por despacho do Ministro das Finanças a quem compete o seguinte:

- a) Representar o Gabinete;
- b) Organizar e dirigir os serviços do Gabinete;

- c) Planificar, organizar, dirigir e controlar a actividade do Gabinete, cumprindo e fazendo cumprir as leis e orientações superiores, visando a realização das atribuições que lhe são conferidas;
- d) Velar pelo cumprimento do Regulamento Interno e exercer o poder disciplinar sobre os funcionários afectos ao Gabinete;
- e) Praticar todos os actos necessários ao integral cumprimento das atribuições cometidas ao Gabinete;
- f) Propor a nomeação e exoneração dos Chefes de Departamento e de Secção do Gabinete;
- g) Dirigir as reuniões do Conselho de Direcção do Gabinete;
- h) Propor assuntos para discussão nos Conselhos de Direcção e Consultivo do Ministério;
- i) Assegurar a manutenção de relações de colaboração com os restantes órgãos do Ministério; e
- j) Desempenhar as demais funções que por lei ou determinação superior lhe sejam cometidas.

2. Nas suas ausências e durante os seus impedimentos, o Director indica o Chefe de Departamento que o substitui.

ARTIGO 5.º
(Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção do Gabinete de Estudos e Estatística, abreviadamente CD, é o órgão de consulta do qual fazem parte o Director do Gabinete, que o preside, os Chefes de Departamento e o Chefe da Secção Administrativa, competindo-lhe o seguinte:

- a) Analisar e emitir parecer sobre as linhas de orientação das actividades do Gabinete;
- b) Pronunciar-se sobre o projecto do plano anual de actividades do Gabinete;
- c) Apreçar e aprovar o relatório de actividades do Gabinete;
- d) Apresentar propostas, pareceres ou sugestões sobre as matérias técnicas submetidos ao Gabinete;
- e) Decidir sobre os assuntos que devem ser submetidos aos Conselhos de Direcção e Consultivo do Ministério;
- f) Discutir previamente os assuntos agendados para as reuniões dos Conselhos de Direcção e Consultivo em que participe o Director do Gabinete; e
- g) Pronunciar-se sobre outros assuntos que os membros do Conselho de Direcção entendam submeter à apreciação.

2. Podem participar das reuniões do Conselho de Direcção o Pessoal do Gabinete convidado pelo Director.

3. O Conselho de Direcção reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Director.

4. O secretariado do Conselho de Direcção é assegurado pela Secção Administrativa.

ARTIGO 6.º
(Secção Administrativa)

1. A Secção Administrativa, abreviadamente SA, é o serviço auxiliar do Gabinete de Estudos e Estatística que assegura o funcionamento administrativo e de expediente do Gabinete, a qual compete:

- a) Assegurar a recepção, distribuição, preparação, expedição e arquivo da correspondência e documentação do Gabinete;
- b) Assegurar a provisão dos bens, serviços e equipamentos indispensáveis ao normal funcionamento do Gabinete, com a colaboração dos serviços competentes do Ministério;
- c) Controlar o livro de ponto da Direcção e elaborar os respectivos mapas de efectividade de serviço dos funcionários;
- d) Cuidar da preservação do património afecto ao Gabinete, bem como da sua operação, manutenção e reparação, com a colaboração dos serviços competentes do Ministério;
- e) Assegurar a realização dos serviços de secretariado da Direcção e do Conselho de Direcção;
- f) Desempenhar as demais tarefas superiormente determinadas.

2. A Secção Administrativa é dirigida por um Chefe de Secção.

SECÇÃO I
Serviços Executivos

ARTIGO 7.º
(Departamento de Estudos e Estatística)

1. O Departamento de Estudos e Estatística, abreviadamente DEE, é o Serviço Executivo do Gabinete de Estudos e Estatística encarregue de promover, organizar, coordenar e elaborar os estudos que contribuam para a melhoria do conhecimento da realidade económica e financeira do País que sustentem o processo de formulação das políticas macroeconómicas e do processo de orçamentação e gestão financeira pública, assim como à compilação de estatísticas das finanças públicas e conexas que demonstrem a situação das finanças públicas.

2. O Departamento de Estudos e Estatística tem as seguintes competências:

- a) Promover a realização de investigação e estudos que permitam um melhor conhecimento da economia nacional, em geral, e das finanças públicas, em particular, de modo a melhorar-se a formulação das políticas económicas e das finanças públicas;

- b) Analisar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento da legislação tributária e orçamental e avaliar os seus impactos de longo prazo sobre a economia;
- c) Participar na elaboração de estudos de carácter sectorial e outros a que o Ministério das Finanças seja chamado a dar o seu contributo, sem prejuízo da competência própria dos demais órgãos do Ministério;
- d) Compilar as estatísticas das finanças públicas, bem como tratar, gerar, desenvolver e a preparar dados e informação estatística necessários para análises económico-financeiras;
- e) Efectuar projecções periódicas com base nos indicadores actualizados, estabelecendo um observatório permanente da evolução das Contas Fiscais, de forma a satisfazer toda a necessidade de informação do Ministério;
- f) Elaborar e publicar, periodicamente, um Boletim de Estatísticas das Finanças Públicas, incluindo uma informação sintética actualizada sobre a evolução dos principais indicadores macroeconómicos;
- g) Manter e actualizar, permanentemente, uma base de dados das contas nacionais, das contas monetárias, das contas externas e outras estatísticas económicas, financeiras e sociais relevantes para as atribuições do Ministério;
- h) Coordenar, com os demais órgãos do Ministério das Finanças, o circuito e rotina da informação de modo a dispor-se dos dados essenciais ao desenvolvimento das actividades do Gabinete;
- i) Elaborar, em colaboração com os demais departamentos, os programas anuais de actividade do Gabinete, bem como os relatórios de balanços, incluindo os processos de avaliação de necessidades sobre o quadro de pessoal interno; e
- j) Realizar as demais tarefas que lhe forem superiormente incumbidas.

ARTIGO 8.º

(Departamento para a Política e Gestão Macroeconómica)

1. O Departamento para a Política e Gestão Macroeconómica, abreviadamente DPGM, é o Serviço Executivo do Gabinete de Estudos e Estatística encarregue de elaborar as propostas de políticas e medidas de políticas relacionadas com a gestão das finanças públicas e a gestão macroeconómica, bem como a elaboração da programação fiscal e a participação na elaboração da programação macroeconómica e o acompanhamento da sua implementação.

2. O Departamento para a Política e Gestão Macroeconómica tem as seguintes competências:

- a) Participar no processo de programação e gestão macroeconómica nacional, nomeadamente na preparação dos indicadores macroeconómicos e na elaboração dos Planos e Programas do Executivo e do Orçamento Geral do Estado, assegurando a consistência dos agregados do sector fiscal com os dos sectores real, monetário e externo, dentro dos objectivos de regulação conjuntural e de desenvolvimento económico estabelecidos;
- b) Acompanhar o desempenho da política financeira do Estado e da política macroeconómica e formular propostas de medidas de aperfeiçoamento, face aos objectivos estabelecidos pelo Executivo;
- c) Colaborar com o Gabinete de Intercâmbio na definição de estratégias e políticas de integração regional e analisar, do ponto de vista macroeconómico, os processos de harmonização de políticas económicas e de integração económica;
- d) Avaliar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de políticas das finanças públicas, macroeconómicas e relativas ao sector real da economia, incluindo a políticas cambial, comercial, tarifária, de crédito, financeira, de emprego e rendimentos;
- e) Analisar o mercado financeiro, principalmente na sua interligação com a gestão da política orçamental, tributária e da dívida pública, visando oferecer uma avaliação sistémica e permanente dos efeitos recíprocos entre os instrumentos de acção da política fiscal, monetária, cambial e do mercado de capitais;
- f) Acompanhar e analisar o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e contribuir para a formulação de directrizes voltadas à melhoria da distribuição do rendimento e à promoção da inclusão social;
- g) Elaborar relatórios periódicos de desempenho das finanças públicas, tendo em conta o contexto internacional e nacional e assegurar a preparação dos relatórios de fundamentação e da competente macroeconómica do relatório de execução do Orçamento Geral do Estado;
- h) Realizar quaisquer outras tarefas que lhe forem superiormente incumbidas.

ARTIGO 9.º

(Departamento de Acompanhamento do Sistema Financeiro)

1. O Departamento de Acompanhamento do Sistema Financeiro, abreviadamente DASF, é o Serviço Executivo do Gabinete de Estudos Estatística encarregue de acompanhar e elaborar as propostas de políticas sobre a actividade do sistema financeiro.

2. O Departamento do Sistema Financeiro tem as seguintes competências:

- a) Participar na proposta de formulação da política do sistema financeiro, nomeadamente, mercado de capitais, seguros e fundos de pensões, dentro dos objectivos de regulação conjuntural e de desenvolvimento económico estabelecidos;
- b) Acompanhar o nível de execução e desempenho das medidas e políticas do sistema financeiro;
- c) Promover estudos necessários à implantação em todo o território nacional a melhoria do sistema financeiro;
- d) Desenvolver instrumentos técnicos de apoio ao exercício dos poderes de tutela e superintendência sobre o Sector Financeiro;
- e) Analisar a informação financeira e de gestão das instituições financeiras;
- f) Efectuar o monitoramento da estabilidade, da eficiência, da liquidez e da solvência do Sistema Financeiro numa abordagem macro prudencial;
- g) Produzir e divulgar informações relativas à estabilidade, liquidez e a solvência do Sistema Financeiro;
- h) Elaborar análises regulares temáticas respeitantes à evolução económico- financeira dos rácios e limites prudenciais das instituições que compõe o sistema financeiro;
- i) Acompanhar a evolução dos riscos do sistema financeiro tendo em vista a avaliação do seu grau de vulnerabilidade face a esses riscos;
- j) Apreçar os riscos de estratégia e analisar os modelos de negócio das Empresas Públicas e com domínio público;
- k) Participar na definição do cenário macro dos exercícios de análise de cenário e na definição de parâmetros dos exercícios em que se destacam os associados aos planos de financiamento e capital;
- l) Identificar, analisar e avaliar globalmente os riscos que advêm da interacção entre o Sector Financeiro e a Economia Real;
- m) Seguir e analisar o nível de execução dos Programas Financeiros do Estado, visando aferir a melhor alocação dos recursos disponibilizados;
- n) Efectuar o monitoramento da prossecução das normas contra o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- o) Produzir informações sobre os desenvolvimentos em matéria de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo;
- p) Participar activamente na elaboração do Orçamento Geral do Estado;
- q) Realizar quaisquer outras tarefas que lhe forem superiormente determinadas.

ARTIGO 10.º
(Chefes de Departamento)

1. Os Departamentos do Gabinete de Estudos e Estatísticas são dirigidos por Chefes de Departamento, nomeados, sob proposta do Director, por despacho do Ministro das Finanças, a quem compete:

- a) Organizar, dirigir, coordenar e controlar a actividade do Departamento de que são responsáveis;
- b) Transmitir as orientações superiores ao quadro técnico do Departamento e velar pela sua boa execução;
- c) Representar e responder pelas actividades do Departamento;
- d) Participar na elaboração dos planos de actividade do Gabinete e do Ministério das Finanças e controlar a execução das tarefas afectas ao Departamento;
- e) Propor o recrutamento do pessoal necessário ao provimento do quadro do respectivo Departamento;
- f) Propor e emitir parecer sobre a nomeação e promoção do pessoal do Departamento;
- g) Exercer, a seu nível, o poder disciplinar sobre o pessoal do Departamento, nos termos da legislação competente;
- h) Estabelecer e desenvolver, no exercício das suas funções, uma estreita colaboração com as demais estruturas do Ministério;
- i) Velar pelo uso racional e conservação do património estritamente afecto ao Departamento que dirige;
- j) Propor as modificações orgânicas necessárias ao bom funcionamento do Departamento;
- k) Elaborar e propor normas e procedimentos relacionados com a actividade do Departamento;
- l) Assegurar a aplicação da política aprovada sobre a formação contínua dos quadros e acompanhar o desenvolvimento da capacidade técnica e cultural dos mesmos, através do Serviço responsável pelos recursos humanos do Ministério;
- m) Elaborar e apresentar, periodicamente, o relatório de actividade do Departamento, de acordo com as orientações superiores;
- n) Realizar as demais tarefas que lhes forem superiormente incumbidas.

2. Nas suas ausências, o Chefe de Departamento é substituído por um Técnico por si designado.

CAPÍTULO III
Quadro de Pessoal e Organigrama

ARTIGO 11.º
(Quadro de Pessoal e Organigrama)

A organização e composição do quadro de pessoal do Gabinete de Estudos e Estatística do Ministério das Finanças e o Organigrama constam dos Anexos I e II ao presente Regulamento Interno, do qual são partes integrantes.

Luanda, aos 27 de Julho de 2018.

O Ministro, *Archer Mangueira*.

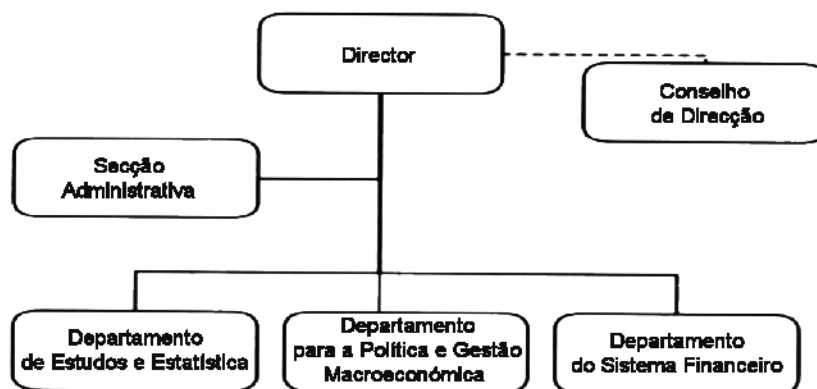
ANEXO I
Quadro de pessoal a que se refere o artigo 11.º do presente Regulamento
(Regime Geral)

Grupo de pessoal	Designação da Carreira	Categoria/Função	Especialidades Profissionais	Quadro Desejável
Direcção e Chefia	Direcção e Chefia	Director Nacional		1
		Chefe de Departamento		3
		Chefe de Secção		1
	Subtotal			5
Técnico Superior	Técnico Superior	Assessor Principal	Finanças Públicas, Jurídica, Tributação, Regulação Económica, Estudos e Relações Internacionais, Gestão de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação	25
		Primeiro Assessor		
		Assessor		
		Técnico Superior Principal		
		Técnico Superior de 1.ª Classe		
		Técnico Superior de 2.ª Classe		
	Subtotal			25
Técnico	Técnico	Técnico Especialista Principal	Finanças Públicas, Jurídica, Tributação, Regulação Económica, Estudos e Relações Internacionais, Gestão de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação	7
		Técnico Especialista de 1.ª Classe		
		Técnico Especialista de 2.ª Classe		
		Técnico de 1.ª Classe		
		Técnico de 2.ª Classe		
		Técnico de 3.ª Classe		
	Subtotal			7
Técnico Médio	Técnico Médio	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	Finanças Públicas, Jurídica, Tributação, Regulação Económica, Estudos e Relações Internacionais, Gestão de Recursos Humanos, Tecnologias de Informação	11
		Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		
		Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		
		Técnico Médio de 1.ª Classe		
		Técnico Médio de 2.ª Classe		
		Técnico Médio de 3.ª Classe		
	Subtotal			11
Administrativo	Administrativa	Oficial Administrativo Principal		2
		1.º Oficial Administrativo		
		2.º Oficial Administrativo		
		3.º Oficial Administrativo		
		Aspirante		
		Escriturário-Dactilógrafo		
	Subtotal			2
Auxiliar	Motorista	Motorista de Pesados Principal		2
		Motorista de Pesados de 1.ª Classe		
		Motorista de Pesados de 2.ª Classe		
		Motorista de Ligeiros Principal		
		Motorista de Ligeiros de 1.ª Classe		
		Motorista de Ligeiros de 2.ª Classe		
	Auxiliares	Auxiliar Administrativo Principal		2
		Auxiliar Administrativo de 1.ª Classe		0
		Auxiliar Administrativo de 2.ª Classe		
		Auxiliar de Limpeza Principal		
		Auxiliar de Limpeza de 1.ª Classe		
		Auxiliar de Limpeza de 2.ª Classe		
		Telefonista Principal		
	Subtotal			0

Grupo de pessoal	Designação da Carreira	Categoria/Função	Especialidades Profissionais	Quadro Desejável
Operário	Operário	Encarregado Qualificado		1
		Operário Qualificado de 1.ª Classe		
		Operário Qualificado de 2.ª Classe		
		Encarregado não Qualificado		
		Operário não Qualificado de 1.ª Classe		
		Operário não Qualificado de 2.ª Classe		
	Subtotal			1
	Total Geral			51

ANEXO II

Organigrama a que se refere o artigo 11.º do presente Regulamento

O Ministro, *Archer Manguiera*.